

# Desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS do estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Challenges in the process of implementation of electronic health records in Primary Health Care in the state of Rio Grande do Sul, Brazil

## **Glaucia Fragoso Hohenberger**

Mestre em Tecnologias da Informação e Gestão em Saúde; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS, Brasil;  
E-mail: glaucia.hohenberger@gmail.com; ORCID: 0000-0002-1953-0824

## **Filipe Santana da Silva**

Doutor em Ciência da Computação, Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (DECESA); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS, Brasil;  
E-mail: filipe@ufcspa.edu.br; ORCID: 0000-0002-6803-1407

## **Marcelo Schenk de Azambuja**

Doutor em Comunicação Social, Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (DECESA); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS, Brasil;  
E-mail: marcelos@ufcspa.edu.br; ORCID: 0000-0002-9811-1459

Contribuição dos autores: GFH participou desde a concepção, delineamento, aquisição de dados, análise, interpretação, elaboração do artigo e aprovação final da versão a ser publicada. FSS e MSA participaram do delineamento, interpretação dos dados, revisão crítica do conteúdo intelectual e aprovação final da versão a ser publicada. Todos se responsabilizam pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não possuir conflito de interesses.

Recebido em: 11/10/2023

Aprovado em: 11/03/2024

Editor responsável: Virgínia de Menezes Portes

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar os desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na Atenção Primária à Saúde (APS) no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo tem delineamento transversal e aplica a análise de conteúdo sobre um corpus formado por respostas dadas por gestores das secretarias municipais de saúde. A coleta de dados foi realizada por meio de formulário eletrônico. Foram identificadas três categorias de macro sentidos: dificuldade de implantação junto aos profissionais assistenciais, dificuldade de infraestrutura e recursos e dificuldade de interoperabilidade e gestão. A partir do conhecimento da opinião dos gestores municipais sobre os desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS, a análise dos desafios e macro sentidos encontrados tem o intuito de facilitar a compreensão do cenário municipal diante de uma nova ferramenta de trabalho proposta em nível nacional, podendo servir como uma ferramenta de planejamento em locais que pretendem ou estejam vivenciando esse processo.

**Palavras-chave:** Registros Eletrônicos de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Saúde Pública.

**Abstract:** The aim of this article is to present the challenges in the process of implementing electronic medical records in Primary Health Care in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The study has a cross-sectional design and applies content analysis on a corpus formed by responses given by managers of municipal health departments. Data collection was performed using an electronic form. Three categories of macro meanings were identified: difficulty in implementation with healthcare professionals, difficulty in infrastructure and resources, and difficulty in interoperability and management. Based on the knowledge of the opinion of municipal managers about the challenges in the process of implementing the electronic medical record in Primary Health Care, the analysis of the challenges and macro meanings encountered is intended to facilitate the understanding of the municipal scenario in the face of a new work tool proposed at the national level, and can serve as a planning tool in places that intend to or are experiencing this process.

**Keywords:** Electronic Health Records; Primary Health Care; Public Health.

## INTRODUÇÃO

Os benefícios do uso do prontuário eletrônico em termos de eficiência, confiabilidade, continuidade do cuidado e qualidade de atendimento, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), versam sobre o gerenciamento de condições de saúde agudas ou crônicas, a entrega confiável de serviços preventivos e a melhoria da segurança do paciente<sup>1</sup>. Nesse âmbito, o prontuário eletrônico é apontado como adjuvante de mudanças nos modos de cuidar e de gerir, promovendo a indissociabilidade entre a gestão e a atenção à saúde<sup>2</sup>.

Os estudos sobre implantação de prontuários eletrônicos referem que a resistência na utilização dessa ferramenta de trabalho é atribuída principalmente à habilidades de informática deficientes<sup>3,4</sup> e ausência de treinamento para sua utilização<sup>2</sup>, pois do ponto de vista do uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, os profissionais exprimem confiança nas ferramentas disponibilizadas<sup>4</sup>.

Nessa mesma linha, um estudo de Toledo e colaboradores<sup>2</sup> aponta que a literatura descreve critérios de usabilidade, satisfação do usuário, relação custo-benefício e mudanças nos resultados de saúde em relação à implementação do prontuário eletrônico, os quais são publicados anualmente e contribuem para a identificação dos benefícios e dos desafios de sua implementação.

Porém, nesse mesmo trabalho, os autores sugerem que ainda é necessário ampliar a compreensão sobre os desafios na implantação do prontuário eletrônico na APS brasileira<sup>2</sup>. Soma-se a essa recomendação, o fato de que o prontuário eletrônico incorporado à rotina da APS está preconizado desde 2016<sup>5</sup>, o que ainda não é uma realidade.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar os desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

## METODOLOGIA

Este estudo tem delineamento transversal e aplica a análise de conteúdo sobre um corpus formado por respostas dadas por gestores das secretarias municipais de saúde do estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

O RS é um estado localizado no sul do Brasil, a população estimada em 2020 foi de 11,4 milhões de habitantes, os quais residem em 497 municípios, organizados em 7 regiões<sup>6</sup>.

Para a divulgação do estudo e a coleta de dados, foi realizado contato com gestores dos municípios a partir do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do RS (COSEMS/RS). Esses contatos foram realizados por meio dos apoiadores institucionais das regiões de saúde, os quais auxiliaram na divulgação do estudo e envio do formulário eletrônico a ser respondido pelo gestor municipal de saúde.

A coleta de dados foi realizada por meio de formulário eletrônico, com instrumento elaborado pelos autores. O instrumento foi pré-testado entre os autores e não necessitou ajustes durante o período coleta de dados.

Esse artigo faz parte de um estudo que analisou quantitativamente<sup>7</sup> e qualitativamente o processo de implantação do prontuário eletrônico no estado do RS, sendo analisado nesse trabalho os desafios e dificuldades durante o processo de implantação do prontuário eletrônico nos municípios em que o gestor municipal de saúde relatou discursivamente.

O corpus analisado neste estudo é resultado de duas questões de campo aberto que compunham o questionário formado por 24 questões categóricas com algumas derivações. As respostas analisadas neste trabalho são provenientes dos seguintes itens do questionário:

- Liste os principais desafios/dificuldades encontrados pela **gestão municipal** no processo de implantação do prontuário eletrônico;

- Liste os principais desafios/dificuldades relatados pelos **profissionais assistenciais** durante o processo de implantação/uso inicial do prontuário eletrônico.

A análise do corpus seguiu a análise de conteúdo em três etapas, conforme Bardin<sup>8</sup>:

1. Na pré-análise do material, após a leitura flutuante do corpus, os autores evidenciaram que os respondentes (gestores municipais de saúde) não trataram as questões com significativa diferença entre o que era opinião da gestão municipal e o que era relatado pelos profissionais assistenciais para a gestão municipal (que respondeu o formulário eletrônico), optando-se então, por fazer um livro de códigos único para ambas questões, mas mantendo a alocação da resposta na sua devida coluna para melhor análise e categorização.

2. Na exploração do material foi realizada uma leitura crítica e a extração de unidades de contexto relevantes, já propondo 12 categorias para a próxima etapa. Após isso, as categorias foram agrupadas em três macro sentidos, conforme ilustrado na figura 1.

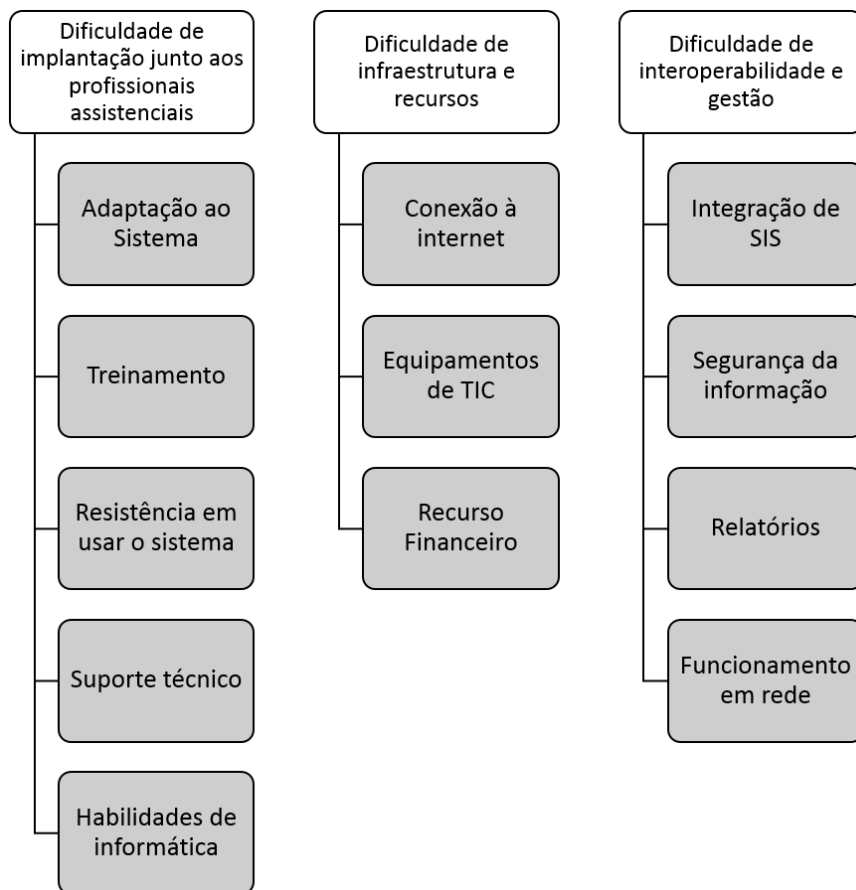
3. A etapa de tratamento dos resultados foi realizada por observador único, com uma repetição. A partir da categorização, os dados foram analisados quanto a frequência de observação e grupo de sentidos, possibilitando inferências e interpretações.

A construção do formulário de coleta e a captura dos dados foram realizados com o auxílio do Google Forms. Para tabulação e análise do corpus foi utilizado o software Microsoft Office Excel<sup>®</sup>.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado no formulário eletrônico, como primeira página, sendo possível responder o formulário somente após concordar com o termo.

Esse estudo seguiu as orientações das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466 de 2012<sup>9</sup> e CNS nº 510 de 2016<sup>10</sup> e foi submetido à

**Figura 1.** Macro sentidos e categorias de análise de conteúdo encontradas na exploração do material para identificar os desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no período de dezembro de 2020 a maio de 2021.



Fonte: Elaborada pelos autores.

## RESULTADOS

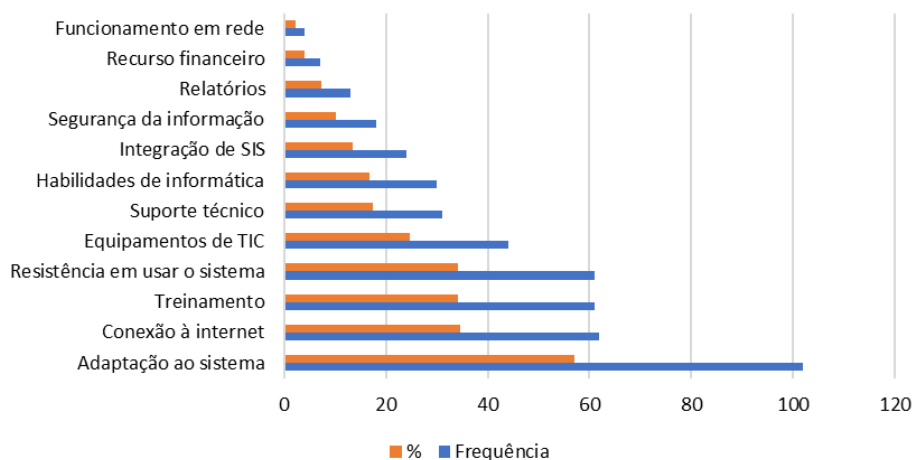
O período de coleta de dados foi de dezembro de 2020 a maio de 2021, havendo interrupção nos meses de março e abril pela situação crítica da pandemia por Covid-19 no estado do RS.

O corpus analisado é composto por respostas de 179 gestores municipais de saúde, representando 179 municípios do estado do RS. Dessas, 8 respostas não foram categorizadas, por não referirem dificuldades na implantação do prontuário eletrônico.

O gráfico 1 apresenta a frequência de observação das categorias de análise em número absoluto (frequência) e percentual.

**Gráfico 1.** Frequência de observação das categorias de análise de conteúdo elencadas como desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no período de dezembro de 2020 a maio de 2021.

### Frequência de observação das categorias de análise



TIC: Tecnologias de informação e comunicação; SIS: Sistemas de Informação em Saúde.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A dificuldade mais frequente foi a adaptação ao sistema, citada por 57% dos gestores em saúde entrevistados. Após essa categoria, as mais citadas foram conexão à internet (34,6%), treinamento (34,1%) e resistência dos profissionais em usar o sistema (34,1%).

O desafio frente à ausência de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), principalmente computadores para a utilização do prontuário eletrônico, foi relatada por 24,6% dos gestores.

A ausência ou deficiência de suporte técnico foi referida por 17,3% dos respondentes. Soma-se a esse fator, a ausência de treinamento e a habilidade de informática deficiente, esta última relatada por 16,8% dos gestores, fatores que reforçam a dificuldade de adaptação ao sistema, categoria relatada mais frequente.

A dificuldade de integração de Sistemas de Informação em Saúde (SIS) foi referida por 13,4% dos gestores municipais e a dificuldade de geração de relatórios por 7,3%, o que leva a um trabalho duplicado de acesso à sistemas e compilação de dados pelos profissionais.

A segurança da informação foi um desafio referido por 10,1% dos gestores municipais, principalmente em relação a migração de dados entre sistemas e a ausência de suporte de TI.

O recurso financeiro para adoção de um prontuário eletrônico foi uma dificuldade para 3,9% dos entrevistados. Cabe destacar que os gestores tinham a possibilidade de adoção de um prontuário eletrônico público (e-SUS) ou a compra de um prontuário eletrônico terceirizado, o que determinava o funcionamento em rede do prontuário eletrônico, que foi uma dificuldade citada por 2,2% dos gestores.

Na tabela 1 são apresentados itens codificados no intuito de visualizar macro sentidos no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS. Durante a análise de dados pelos autores, emergiram três categorias: dificuldade de implantação junto aos profissionais assistenciais, dificuldade de infraestrutura e recursos e dificuldade de interoperabilidade e gestão, sendo a dificuldade de implantação junto aos profissionais assistenciais a maior parcela das dificuldades encontradas pelos gestores, 62,4%.

**Tabela 1.** Agrupamento em macro sentidos, categorias, frequência e percentual por agrupamento dos desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no período de dezembro de 2020 a maio de 2021.

Agrupamento	Categorias	Frequência	%
Dificuldade de implantação junto aos profissionais assistenciais	Adaptação ao sistema	102	62,4
	Treinamento	61	
	Resistência em usar o sistema	61	
	Suporte técnico	31	
	Habilidades de informática	30	
Dificuldade de infraestrutura e recursos	Conexão à internet	62	24,7
	Equipamentos de TIC	44	
	Recurso financeiro	7	
Dificuldade de interoperabilidade e gestão	Integração de SIS	24	12,9
	Segurança da informação	18	
	Relatórios	13	
	Funcionamento em rede	4	

TIC: Tecnologias de informação e comunicação; SIS: Sistemas de Informação em Saúde.  
Fonte: Elaborada pelos autores.

## DISCUSSÃO

A literatura aponta que a aceitação de uma nova ferramenta de trabalho, como o prontuário eletrônico, depende de treinamento apropriado e suporte, pois existe uma forte correlação positiva entre a utilidade e a facilidade de uso do sistema resultantes desse processo<sup>11,12</sup>.



Diante dessa premissa, a adaptação ao uso do prontuário eletrônico na rotina de trabalho pelos profissionais, referida pelos gestores municipais como principal dificuldade a ser contornada, poderia ter sido sanada com treinamentos, mesma constatação de outro estudo realizado com profissionais de um município do estado do RS<sup>13</sup> e que corrobora com a sumarização de artigos sobre o tema<sup>2,12</sup>.

O adequado treinamento também é apontado como um facilitador diante da resistência dos profissionais para a utilização do prontuário eletrônico<sup>2,12,14</sup>, que para ser uma ferramenta de trabalho útil deve interoperar com outros sistemas de dados e gerar impacto positivo nos fluxos de trabalho<sup>1</sup>.

Os gestores apontam a dificuldade do prontuário eletrônico como ferramenta de trabalho efetiva. A literatura reconhece essa realidade e propõe estratégias como planejamento da implementação, suporte financeiro, seleção do sistema de prontuário eletrônico e treinamento dos usuários do sistema como premissas<sup>12,14,15</sup>. Ainda, recomenda-se treinar intensivamente profissionais maiores de 50 anos e durante a transição do prontuário físico para o eletrônico, visando melhora do nível de alfabetização digital, melhor aceitação ao sistema e aumento do envolvimento da equipe com o prontuário eletrônico<sup>4</sup>.

Na APS brasileira coexistem prontuários eletrônicos privados e público (e-SUS). O pré-requisito para adoção do sistema é o envio de um conjunto mínimo de dados ao Ministério da Saúde, o que está vinculado ao financiamento<sup>16</sup>, porém traz algumas limitações à integralidade e longitudinalidade do cuidado quando o usuário de saúde é referenciado para outro nível de atenção à saúde ou outra unidade de saúde que não utiliza o mesmo prontuário eletrônico, gerando prejuízos assistenciais para todos os envolvidos e resistência profissional em utilizar uma ferramenta de trabalho que limita os princípios do trabalho da APS, quando na verdade essa ferramenta tem potencial para promoção desses princípios<sup>2</sup> e para o avanço na gestão do cuidado e da comunicação entre equipe e com a rede de atenção à saúde<sup>17</sup>.

A dificuldade de infraestrutura e recursos no processo de implantação do prontuário eletrônico referida por 24,7% dos gestores é uma realidade desde 2017, quando a Pesquisa TIC Saúde<sup>18</sup> constatou que em um universo de aproximadamente 39 mil UBS, cerca de 12% não possuíam computadores e 28% não tinham acesso à internet, itens imprescindíveis ao uso do prontuário eletrônico.

Diante dessa realidade, ainda em 2017 foi lançado o Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde (PIUBS) pelo Ministério da Saúde<sup>19</sup>, o qual teve como objetivo viabilizar infraestrutura tecnológica para o uso do prontuário eletrônico.

O PIUBS foi revogado em setembro de 2019<sup>20</sup>, quando o governo federal reformulava a estratégia de repasses de recursos para a APS, passando ao programa Informatiza APS<sup>16</sup>, que prevê o incentivo financeiro federal a partir do recebimento dos dados da APS provenientes do sistema de prontuário eletrônico, auxiliando os gestores municipais em quesitos importantes, como investimento e apoio administrativo e político<sup>3</sup>.

O Informatiza APS<sup>16</sup> preconiza que o prontuário eletrônico deva atender à requisitos definidos pelo Ministério da Saúde, inclusive para fins de interoperabilidade, corroborando ao agrupamento de análise referido por 12,9% dos gestores municipais, relativo às dificuldades de interoperabilidade e gestão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou conhecer os desafios no processo de implantação do prontuário eletrônico na APS, o que possibilitou analisar os desafios e os agrupar em macro sentidos, no intuito de facilitar a compreensão do cenário municipal diante de uma nova ferramenta de trabalho proposta em nível nacional.

A dificuldade de implantação do prontuário eletrônico teve como principal quesito a dificuldade de adaptação ao sistema pelos profissionais assistenciais, corroborando com a ausência de treinamento que poderia minimizar essa dificuldade e auxiliar profissionais com poucas habilidades de informática e profissionais resistentes em usar o prontuário eletrônico.

Em relação às dificuldades de infraestrutura e recursos financeiros, com destaque para a conexão à internet, trata-se de uma necessidade para o uso de uma ferramenta de trabalho útil e com melhor aceitação pelos profissionais. Portarias de incentivo financeiro governamentais foram lançadas, mas não pareceram impactar fundamentalmente essa questão, visto que ainda representa uma parcela significativa das dificuldades.

A interoperabilidade entre sistemas informatizados e a gestão da informação são itens abarcados pelo Informatiza APS (desde o final do ano de 2019), havendo um padrão esperado para o prontuário eletrônico da APS e o envio de dados ao Ministério da Saúde, porém ainda não abarcam a integralidade e longitudinalidade do cuidado entre prontuários eletrônicos da APS privados e o público (e-SUS).

Em relação às limitações desse estudo, assumimos que a pesquisa qualitativa por observador único apresenta algumas fragilidades<sup>21</sup>, porém é uma realidade aqui apresentada e que atentou para potencialidades em outras fases da análise, como a redução da complexidade das variáveis elaboradas para indicar o conceito de interesse da pesquisa e a publicização dos dados analisados, os quais estão disponíveis no repositório online Figshare, doi: 10.6084 / m9.figshare.15121929.

Com o panorama das dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais no processo de implantação do prontuário eletrônico da APS, espera-se auxiliar gestores em todos os níveis de gestão no planejamento e vivência desse processo.

Sugere-se estudos acerca da usabilidade do prontuário eletrônico rotineiramente, pois como ferramenta de trabalho, o prontuário eletrônico tem potencial para inovar na gestão em saúde em diferentes interfaces de trabalho.

### **AGRADECIMENTOS**

Aos gestores municipais de saúde do estado do Rio Grande do Sul e aos apoiadores institucionais do COSEMS/RS.

## REFERÊNCIAS

1. Janett RS, Yeracaris PP. Electronic Medical Records in the American Health System: challenges and lessons learned. *Cienc Saude Colet* [Internet]. 6 de abril de 2020 [citado 30 de julho de 2021];25:1293–304. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/JXGGmt8Sb6NXBTyMffHSPpy/?lang=en>
2. Toledo PP da S, Santos EM dos, Cardoso GCP, Abreu DMF de, Oliveira AB de. Prontuário Eletrônico: uma revisão sistemática de implementação sob as diretrizes da Política Nacional de Humanização. *Cienc Saude Colet* [Internet]. 2 de julho de 2021 [citado 30 de julho de 2021];26:2131–40. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n6/2131-2140/>
3. Gesulga JM, Berjame A, Moquiala KS, Galido A. Barriers to Electronic Health Record System Implementation and information systems resources: a structured review. *Procedia Comput Sci* [Internet]. 1ª jan. 2017 [citado 31 de julho de 2021];124:544–51. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050917329563>
4. Kuek A, Hakkennes S. Healthcare staff digital literacy levels and their attitudes towards information systems. *Health Informatics J* [Internet]. 2020 [citado 29 de julho de 2021];26(1):592–612. doi:10.1177/1460458219839613.
5. Diário Oficial da União. Resolução nº 7/gm/ms/cit, de 24 de novembro de 2016. Define o prontuário eletrônico como modelo de informação para registro das ações de saúde na atenção básica e dá outras providências [Internet]. 2016. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2016/res0007\\_24\\_11\\_2016.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2016/res0007_24_11_2016.html)
6. IBGE. IBGE | Cidades@ | Rio Grande do Sul | Panorama [Internet]. Projeção para o ano 2020. [citado 27 de junho de 2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>
7. Hohenberger GF, da Silva FS, de Azambuja MS. Implantação e uso do prontuário eletrônico na Atenção Primária à Saúde: panorama do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Rev Bras Cien Saude* [Internet]. 2022 [citado 15 de outubro de 2022];26(3). Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/61777>
8. Bardin L. Análise de conteúdo. 70ª ed. São Paulo; 2011. 229 p.
9. Diário Oficial da União, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/cns/ms, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos [Internet]. 2012. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)
10. Diário Oficial da União, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510/cns/ms, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana [Internet]. 2016. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)
11. Aldosari B, Al-Mansour S, Aldosari H, Alanazi A. Assessment of factors influencing nurses acceptance of electronic medical record in a Saudi Arabia hospital. *Inform Med Unlocked* [Internet]. 2018 [citado 29 de julho de 2021];10:82–8. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352914817301582>
12. O'Donnell A, Kaner E, Shaw C, Haighton C. Primary care physicians' attitudes to the adoption of electronic medical records: a systematic review and evidence

synthesis using the clinical adoption framework. BMC Med Inform Decis Mak [Internet]. 13 de novembro de 2018 [citado 31 de julho de 2021];18(1):101. doi:10.1186/s12911-018-0703-x.

13. de Souza R dos S, Teichmann PDV, Machado TS, Serafim DFF, Hirakata VN, da Silva CH. Prontuário Eletrônico do Paciente: percepção dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. Rev Saude Digit Tecnol Educ [Internet]. 2018 [citado 30 de julho de 2021];3(1):51–68. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/resdite/article/view/33069>

14. Avila GS, Cavalcante RB, Almeida NG, Gontijo TL, Barbosa S de S, Brito MJM. Difusão do prontuário eletrônico do cidadão em equipes de saúde da família. Rev Min Enferm [Internet]. 2021 [citado 15 de outubro de 2022];25:e-1397. Disponível em: <http://reme.org.br/artigo/detalhes/1599>

15. Odekunle FF, Odekunle RO, Shankar S. Why sub-Saharan Africa lags in electronic health record adoption and possible strategies to increase its adoption in this region. Int J Health Sci [Internet]. 2017 [citado 29 de julho de 2021];11(4):59–64. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5654179/>

16. Diário Oficial da União. Portaria nº 2.983, de 11 de novembro de 2019. Institui o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS, por meio da alteração das Portarias de Consolidação no 5/GM/MS e no 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 [Internet]. 2019 [citado 11 de julho de 2021]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou>

17. Avila GS, Cavalcante RB, Almeida NG, Gontijo TL, Carbogim F da C, Brito MJM. Prontuário eletrônico na gestão do cuidado em equipes de Saúde da Família. Cogit Enferm [Internet]. 2022 [citado 15 de outubro de 2022];27:e79641. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/cenf/a/HDNgYCbWhCSvWNdsHkrRJhQ/?lang=pt#>

18. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos estabelecimentos de saúde brasileiros: TIC saúde 2017 [Internet]. 2018. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-estabelecimentos-de-saude-brasileiros-tic-saude-2018/>

19. Diário Oficial da União. Portaria nº 2.920/gm/ms, de 31 de outubro de 2017: Altera as Portarias de Consolidação no 5/GM/MS e 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para inclusão do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde - PIUBS [Internet]. 2017. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/08/Portaria-GM-MS-n.%202.920-2017-%20PIUBS.pdf>

20. Diário Oficial da União. Aviso de revogação Edital de credenciamento no 1/2017: Revogação integral do Edital de Credenciamento no 01/2017 referente ao Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde (PIUBS) de todo o território nacional [Internet]. 2019. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/26/ATO-DE-REVOGA----O.pdf>

21. Sampaio R, Lycarião D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. Rev Sociol Política [Internet]. 2018 [citado 4 de julho de 2021];26:31–47. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rsocp/a/TPx77JGgGq9qBm4BSn6nW3F/?format=html#>